



Documento Praxis No. 52

Petróleo abundante: bênção ou maldição?

Apoiando a sociedade civil para
assegurar que os benefícios
sejam compartilhados

Escrito por Helen Collinson e Rod MacLeod

Com o Apoio de Publique o quanto você
Paga Noruega

Junho de 2010

INTRAC
International NGO Training and Research Centre

Publish 
What You Pay
Norway

Petróleo abundante: Bênção ou maldição?

Apoiando a sociedade civil para assegurar que os benefícios sejam compartilhados

Escrito por Helen Collinson e Rod MacLeod, com o apoio de Publique o quanto você paga - Noruega

1. Introdução

A descoberta de uma grande reserva de petróleo em um país em desenvolvimento é freqüentemente visto como uma bênção – uma chance para que o país dê um salto em seu desenvolvimento para beneficiar todos os seus cidadãos. Mas, infelizmente, isto raramente é o caso. No livro *“The Bottom Billion”*¹, Paul Collier argumenta que abundantes recursos naturais como petróleo são, de fato, um grande empecilho para muitos países em desenvolvimento. Esses recursos são como uma “armadilha” que asfixia outras atividades econômicas e leva a problemas de governabilidade, golpes e conflitos. O petróleo funciona como um incentivo as elites para tomarem o poder, mantendo os benefícios para eles mesmos, as expensas da população como um todo. Ao invés de melhorar a renda, a saúde e a educação, os pobres dos países ricos em petróleo sofrem remoções, poluição, corrupção, serviços públicos precários e a falta de opções de sobrevivência. Em quanto isso acontece, companhias multinacionais de petróleo freqüentemente negociam grandes isenções de impostos e concessões com o governo do país ou usam os paraísos fiscais e a camuflagem e opacidade do sistema financeiro global para minimizar o pagamento de renda aos países em que operam – de novo, isso ocorre a expensas dos cidadãos destes países.

Mas este deprimente cenário é inevitável? Qual o papel que a sociedade civil pode jogar para produzir um resultado diferente?

Como os benefícios advindos da renda do petróleo podem ser mais amplamente e justamente distribuídos?

Este documento Práxis busca capturar as lições aprendidas de uma experiência prática de desenvolvimento de capacidades de organizações da sociedade civil (OSC) em sete países da África para promover maior transparência sobre a renda proveniente do petróleo. Depois de apresentarmos o contexto da questão e descrever o programa, nos examinamos as lições aprendidas no trabalho de advocacy dentro de quatro eixos:

- Acesso a informação
- Conscientização do público
- Desenvolvendo as capacidades das comunidades
- Influenciando os governos.

Finalmente, nos trataremos do aprendizado obtido no processo de fortalecimento de capacidades das OSC.

2. O contexto da questão

Publique o quanto você Paga (sigla em inglês PWYP - Publish What You Pay) é uma coalizão da sociedade civil que ajuda os cidadãos de países ricos em recursos a demandarem que seus governos prestem contas do gerenciamento da renda provenientes do petróleo, gás e das companhias mineradoras.

¹ *The Bottom Billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*, Paul Collier, Oxford University Press, 2007

Origens de Publique o quanto você Paga

Em 1999, a ONG Testemunha Global (Global Witness) sediada no Reino Unido publicou um relatório chamado 'A Crude Awakening²', sobre o uso e a má utilização da renda proveniente do petróleo em Angola durante os 40 longos anos de guerra civil no país. Um aspecto fundamental daquela guerra era a dificuldade de obter acesso a informações financeiras sobre o que as companhias petrolíferas estavam pagando para o governo. O relatório concluía solicitando que as companhias petrolíferas operando em Angola "publicassem o quanto pagavam".³ Em 2002, a partir da grande relevância desta questão, a campanha Publique o quanto você Paga (PWYP) foi formalmente lançada, pedindo para que todas as companhias que exploram recursos naturais disponibilizassem as informações sobre seus pagamentos aos governos em cada país onde operam. Hoje, em aproximadamente 70 países podemos encontrar organizações que são membros da PWYP.

PWYP participa da Iniciativa para Transparência das Indústrias Extrativas (EITI - sigla em inglês), a qual junta governos, companhias e OSC para promover o estabelecimento de um padrão global para que as companhias tornem público o quanto elas pagam para os governos e, para que os governos publiquem o quanto eles recebem. O resultado esperado com este exercício de transparência é que se torne cada vez mais difícil para as elites se apropriarem da riqueza e dos benefícios do petróleo somente para elas mesmas e assegurar que a renda proveniente do petróleo seja direcionada para a redução da pobreza nas comunidades locais e no país como um todo.

Estas são as questões críticas para as OSCs em qualquer país que tenham reservas de petróleo, mas particularmente

² Uma tradução possível para o português do nome deste relatório seria: "um cruel despertar".

³ ver www.publishwhatyoupay.org

nos países em desenvolvimento. Os recursos potencialmente disponíveis para a redução da pobreza provenientes da renda do petróleo podem significar um grande aumento no orçamento do governo. A oportunidade para acelerar o desenvolvimento social colocada por estes recursos são tentadoras, enquanto que os riscos de distorção e má apropriação são correspondentemente enormes.

3. Publique o quanto você Paga – Noruega , Programa Global de Fortalecimento de Capacidades

Publique o quanto Você Paga Noruega, Programa Global de Fortalecimento de Capacidades (2008-9) tinha como objetivo:

'Que a sociedade civil dos países participantes desempenhe um papel informado, competente e proativo de representar seus membros e o interesse de grupos alvos em relação aos governos e tomadores de decisão em relação ao gerenciamento e monitoramento que fazem dos lucros provenientes dos recursos naturais em nível nacional.'

Este objetivo tinha como finalidade última "um justo e transparente gerenciamento das indústrias extrativas como um bem comum para todos os cidadãos" Esta questão tem particular importância na Noruega, dado a importância da renda proveniente do petróleo na produção de um dos mais altos índices de desenvolvimento humano (IDH) no mundo. Conseqüentemente, faz sentido usar a experiência da Noruega de como utilizar seus recursos petrolíferos para o desenvolvimento é compartilhá-la com outros países.

O programa buscou equipar atores da sociedade civil africana com as ferramentas básicas para lidar com os desafios mencionados acima, provendo-o com:

- Conhecimento técnico sobre o setor petrolífero
- Conhecimentos sobre trabalho de incidência (advocacy)

- Uma oportunidade de intercâmbio de experiências e aprendizado.

O programa foi principalmente financiado pela “Iniciativa⁴ Petróleo para o desenvolvimento” do Governo Norueguês e destinado a atores da sociedade civil dos países participantes, nomeadamente: Gana, Mauritânia, Moçambique, Nigéria, Sudão, Uganda e Zâmbia⁵. Destes, Gana, Nigéria, Mauritânia, Moçambique e Zâmbia são “países candidatos” para EITI, o que significa que seus governos tornaram pública sua intenção de implementar o EITI. As 27 OSC participantes do Programa Publique o quanto você Paga - Noruega foram selecionadas depois de um processo aberto de inscrição que levou em consideração ambos os aspectos, a experiência do indivíduo e o compromisso de sua organização.

O programa consistia de três módulos, desenvolvido no período de um ano:

Módulo 1	Um seminário inicial sobre “boa governança, transparência e prestação de contas no gerenciamento de recursos naturais da Noruega, organizado pelo Programa Internacional para Gerenciamento e Administração de Petróleo (sigla em inglês PETRAD), promovido por Publique o quanto você Paga Noruega e pela Ajuda da Igreja Norueguesa.
Módulo 2	Um seminário em Gana focalizado nas indústrias de petróleo da África, identificando a origem da renda do petróleo, os gastos e a legislação para o meio ambiente e o gerenciamento de ultramar.
Modulo 3	Um curso de incidência, facilitado pelo INTRAC, em Uganda, que

⁴ Ver www.norad.no/en/Thematic+areas/Energy/Oil+for+Development para maiores informações sobre a Iniciativa Petróleo para o Desenvolvimento.

⁵ A experiência de Zâmbia tem sido, até o momento, sobre a indústria extrativa de cobre, ao invés de exploração de petróleo, embora as questões sejam similares.

	também buscou identificar o que foi aprendido durante o programa
--	--

O módulo final incluiu uma oportunidade para compartilhar as experiências sobre o que ocorreu e o que foi sendo aprendido durante o transcurso do programa. As metodologias incluíram: questionários aplicados antes das oficinas, apoio entre pares nos grupos de aprendizados dentro dos quatro eixos⁶, o uso de painel de doutores especialistas oferecendo ajuda para solucionar problemas encontrados e, finalmente foi elaborada uma espécie de “teia de aranha” para identificar outras conexões e promover mais aprendizados. Abaixo destacamos as lições aprendidas

4. Lições aprendidas sobre incidência nestas questões

a) Acessando informações

O ponto inicial para qualquer campanha de incidência é obter a informação necessária. Nos precisamos saber precisamente *o que* precisa ser mudado, *onde* mudanças precisam ser feitas, *a quem* se dirigir e *quando*. É difícil ter influência sem ter informação sobre as negociações e acordos feitos pelos governos com as companhias petrolíferas, incluindo os aspectos financeiros. Dados concretos e confiáveis são necessários para que a sociedade civil possa desenvolver boas propostas para que o gerenciamento dos recursos petrolíferos seja feito de uma forma melhor.

Os riscos são altos e se os “opponentes” podem apontar um erro (não importa o quão pequeno seja) e eles podem usar este erro para desmoralizar todo o trabalho.

Existem significantes desafios aqui. O negócio da produção de petróleo, incluindo a dimensão fiscal e financeira, é complexo e não é facilmente entendido pelos cidadãos comuns. E mais, alguns dos interessados (companhias petrolíferas, governos) podem preferir que os negócios

⁶ Acessando informação, despertando a consciência do público, fortalecimento da comunidade e influenciando o governo.

permaneçam opacos. Desta forma, questões difíceis podem ser evitadas e volume da renda, o baixo nível de impostos e royalties pagos e os impactos ao meio ambiente permanecem escondidos.

Uma aprendizagem chave deste programa é que é, usualmente, mais produtivo focalizar no **governo** em vez das companhias de petróleo, para obter informação. As companhias de petróleo geralmente se sentem obrigadas a prestarem contas e informações apenas para os seus acionistas, e não para os cidadãos dos países em que realizam suas operações, e não passam informações facilmente para as OSC. E ainda elas não estão sequer obrigadas a fazê-lo, uma vez que a adesão ao EITI é voluntária. Os governos, por outro lado, são, pelo menos, teoricamente, obrigados a prestar contas aos seus cidadãos.

Se um país se comprometeu ao EITI tem sentido explorar ao máximo este compromisso. As OSC podem tirar vantagens dos mecanismos do EITI como os grupos de trabalho, que podem ser um meio de se obter um rico acervo de informações, como tem sido o caso de Gana. Mesmo se não existe uma lei de livre acesso a informação, ainda assim é possível usar os **caminhos legais** para obter acesso a informação. Na Nigéria, a coalizão FOI (sigla em inglês) estudou a legislação ambiental e encontrou cláusulas sobre acesso a informação. Eles usaram estas cláusulas para requisitar informações por escrito por parte do governo sobre as atividades de pesquisa de uma companhia no Delta do Niger.

Outra abordagem é **trabalhar com os parlamentares** e fortalecer a capacidade deles em acessar informação e usar o poder que tem de escrutinar o governo. Eles podem então influenciar a legislação sobre os recursos naturais enviadas ao parlamento, como tem sido visto na Mauritânia. E também, desenvolver **relações informais um a um com oficiais do governo** pode viabilizar o acesso a informações via “a porta dos fundos”. Em Zâmbia, o “vazamento” do Acordo de Desenvolvimento entre o governo e a

indústria do cobre foi levado ao conhecimento da mídia o que levou a renegociação do acordo e a revisão de partes relevantes da regulação sobre mineração.

Finalmente, onde existem sérios problemas de transparência, outra tática básica é especular sobre as informações do governo, **publicando o que se pensa ser o estado da situação**. Se o governo reagir e disser que está errado, as OSC podem pedir para ter a informação correta, o que torna difícil para o governo se recusar a fazer. Isso tem funcionado em varias ocasiões em Uganda.

b) Aumentando a conscientização do Público

uma vez armado com os fatos, mobilizar a opinião pública é chave em uma estratégia de incidência. Os governos freqüentemente relutam em envolver as OSC no gerenciamento dos recursos naturais e podem buscar marginalizá-los, acusando-os de estarem politicamente motivados ou de estarem sendo apoiados por estrangeiros. Entretanto, é muito mais difícil para os governos ignorarem movimentos de massa envolvendo a população do próprio país. Uma mudança na opinião pública pode afetar o apoio do público ao governo e mudar os votos nas eleições. Mobilização de massa é particularmente apropriado onde existe pouca tradição das OSC fazerem incidência (lobby) e onde os governos só mudam se houver muita pressão para isso. Um desafio aqui é que as indústrias extrativas são freqüentemente muito técnicas, tanto quando se trata de dialogar com as OSC trabalhando com essas questões e muito mais quando se trata das pessoas comuns, do público em geral. Uma comunicação simples e efetiva é, portanto, essencial.

Começando por e **construindo sobre a necessidade e experiência das pessoas afetadas** tem provado ser um forte ponto de partida. Isso é menos pratico nos primeiros estágios, antes que a produção tenha iniciado, mas se torna mais poderoso uma vez que as pessoas do local começam

a ver e a experimentar os efeitos da extração de petróleo.

Outra abordagem é trazer um especialista de fora (por exemplo, alguém de um outro país, isso foi feito em Uganda) que pode introduzir e galvanizar elementos de especialização e experiência. Um especialista estrangeiro pode demonstrar que não existe uma só perspectiva para a questão, mas que existem outras visões e modos alternativos de ação que foram usados em outros lugares. Em outras palavras, se pode demonstrar que o que o governo e a companhia de petróleo estão querendo fazer não é a única opção.

Para estimular o debate, reuniões na sede da câmara de vereadores, na sede da prefeitura, do conselho local também encorajam as pessoas que estão acostumadas a ouvir e respeitar os “mais velhos” a analisarem e ter uma visão mais crítica. É importante assegurar que estas reuniões não sejam manipuladas por interesses ocultos que queiram apenas apresentar seus pontos de vista, mas que sejam um espaço para os participantes perguntarem, questionarem e desafiarem.

A mídia muito freqüentemente tem limitado conhecimento do que está acontecendo. Neste sentido, pode ser útil **envolver jornalistas diretamente no programa** e não apenas vê-los com um alvo a ser influenciado. Identificar jornalistas simpáticos a causa, como mostrado no caso do Sudão, dão a eles uma visão do assunto necessária (insights) para escrever e reportar de forma sensível e ao mesmo tempo acurada as questões complexas. Usar **programas de rádio** que fazem ligação diretamente com comunidades durante um período de tempo é útil para conscientizar e mobilizar as pessoas, como mostra a experiência de Zâmbia. O rádio é um meio particularmente bom para ter acesso a comunidades rurais, embora se nota que as populações urbanas são menos ligadas neste meio de comunicação.

c) Fortalecendo as capacidades da comunidade

A comunidade local – aquelas pessoas e as instituições que as representam mais

diretamente afetadas pela extração de petróleo – são elementos essenciais do processo de incidência (advocacy). Elas são a fonte de evidência na qual as OSC podem desenvolver e consubstanciar seus argumentos sobre o meio ambiente e os impactos sociais da extração de petróleo. Se as pessoas do local não estiverem à frente do processo de campanha para incidência (advocacy), questões podem ser levantadas pelas autoridades que podem invalidar ou descartar os argumentos como não sendo representativo da realidade local.

Uma vez que a comunidade local, e suas instituições, estão conscientes da questão e prontas para agir, é necessário apoio e orientação sobre como melhor influenciar o gerenciamento do setor petrolífero.

Entretanto, as comunidades locais podem freqüentemente suspeitar das intenções das OSC. Como foi relatado no caso da Nigéria, as comunidades também podem ter expectativas não realistas em relação ao que as OSC podem lhes dar. Conseqüentemente, é essencial **estabelecer uma relação de confiança com as comunidades locais** logo de início e pacientemente e reiteradamente explicar as coisas com clareza e falar sobre os potenciais benefícios do trabalho de incidência (advocacy) para as comunidades, e também do dizer o que não será possível dar ou fazer, e definir bem o papel da OSC no trabalho a ser feito.

Questões podem ser levantadas sobre a legitimidade dos atores da sociedade civil e quem eles representam. Para contrarrestar estas questões eventos de **campanha de mobilização de massa** (por exemplo, reuniões ampliadas, concertos com artistas famosos, etc.) podem demonstrar que existe um forte apoio social e da população por trás da campanha como visto em Zâmbia. Para atingir uma mobilização massiva, pode ser útil se **juntar a sindicatos**, que tendem a ser bem organizados e ter poder de convocação com capacidade de aglutinar um grande número de pessoas, como visto em Gana. De novo, é uma vantagem de ter

sindicatos como parceiros de campanha e não apenas como organizações externas a serem influenciadas pela campanha.

Como observado na Nigéria, há resistência em reconhecer os aspectos de gênero envolvidos na exploração de petróleo, e a baixa participação das mulheres pode ser o resultado disto, análises de como as mulheres são especificamente impactada pela exploração do petróleo é importante (por exemplo, como isso afeta as opções de sobrevivência e os meios de vida das mulheres). Abordagens focalizadas tais como reuniões só de mulheres, ou trabalho com grupos de mulheres das igrejas pode ajudar a elevar o nível de participação das mulheres.

Pode haver leis que restringem a livre associação e reunião de pessoas, que os opositores vão explorar. Formas de contornar isso incluem envolver os sindicatos, que podem trabalhar dentro das existentes regras legais e acordos, ou **identificar leis superiores** (por exemplo, a constituição) que contradiz as restrições de reunião pública, como foi visto na Nigéria.

Devido ao fato de que manifestações podem ser algo um tanto delicado em determinados contexto, é importante ser honesto e ter plano de contingência para **lidar com os riscos** de campanhas de mobilização de massa. Dado o valor dos lucros do petróleo, o incentivo dos oponentes em derrotar de todas as possíveis maneiras o trabalho de incidência (advocacy) é alto. Os riscos de contra-ataques e a natureza dos mesmos precisam ser cuidadosamente pesados e discutidos com os participantes. Solidariedade mútua nas redes (incluindo parceiros internacionais) pode prover algum nível de proteção.

d) Influenciando governos

Finalmente, o sucesso de uma campanha de incidência (advocacy) será medido em termos de sucesso em influenciar governos e companhias. Governos são freqüentemente relutantes em fazer o gerenciamento de recursos de forma transparente, e em geral são completamente hostis a isto.

Dado o valor dos recursos naturais, os governos tendem a querer monopolizar o controle. Negociações com as companhias extrativas são geralmente mantidas em segredo (sob uma cortina de fumaça denominada “confidencialidade comercial”), freqüentemente há resistência e se evita a participação da sociedade civil nestes processos.

Estudo de caso – Gana

Em Gana, a sociedade civil tem estado engajada na questão de como fazer o melhor uso dos recursos gerados pela mineração de ouro desde o início do EITI de Gana, em 2003, e tem buscado estender esta experiência para os setores de petróleo e gás. Os partidos de oposição tendem a ser mais abertos a críticas sobre o que esta acontecendo com a renda da exploração dos recursos naturais, uma vez que eles usam isso para desafiar o governo. Como uma das estratégias a sociedade civil tem então trabalhado com o partido de oposição Congresso Democrático Nacional, para comprometê-los com o manifesto para a transparência e prestação de contas por parte do governo em relação ao setor de recursos naturais do país.

Depois que grandes quantidades de petróleo foram descoberto em Gana em 2007 (aparentemente sendo capaz de gerar pelo menos 1 bilhão de dólares de renda por ano, nos próximos 20 anos) uma mesa redonda foi organizada para discutir a extensão do EITI para os setores de petróleo e gás.

Isto trouxe divisão entre a sociedade civil sobre se se engajar ou não, e como se engajar com o EITI, porque EITI era percebido como uma iniciativa dirigida pelos doadores e iniciada pelo governo britânico de Blair, ao invés de ser algo dos africanos. Entretanto, a visão de um número de OSC era de que enquanto o EITI era limitado em alguns aspectos, era a melhor opção trabalhar por dentro e buscar ampliar e aprofundar o seu escopo.

A participação nos grupos de trabalho EITI resultou em informações úteis e deu a sociedade civil maior proeminência. O Centro de Desenvolvimento Social Integrado (ISODEC, sigla em inglês) se tornou uma referência para as OSC nesta questão. A

iniciativa Publique o quanto você Paga Noruega Programa global de fortalecimento de capacidades chegou em um oportuno momento para fortalecer a capacidade da sociedade civil de se engajar, particularmente no nível técnico. O ISODEC e outras OSC também levaram a cabo oficinas de conscientização ao nível das comunidades.

Parcialmente como resultado de ter feito lobby enquanto oposição, o novo presidente Professor John Atta Mills (que assumiu o governo em janeiro de 2009) publicamente reconhece a importância da transparência. O governo acordou em colocar versões resumidas do acordo de partilha de lucros online, incluindo as condições fiscais. As OSC estão agora pressionando por um seguimento (incluindo a versão completa do documento) e também para participação da sociedade civil na discussão proposta de lei sobre o gerenciamento da renda do petróleo.

Dado as ramificações e alto nível do que é demandado, faz sentido **construir uma coalizão com um amplo leque de atores**, como demonstrado em Zâmbia. Isto pode incluir grupos comunitários, ONGs, a mídia e sindicatos. Diferentes atores podem jogar diferentes papéis com alguns sendo mais confrontacionais, outros mais negociadores, mas trabalhando de forma coordenada e com uma mensagem coerente. Eles podem aportar diferentes capacidades (pesquisa, comunicação de massa, mobilização) nas diferentes partes do processo. Trabalhando juntos para mostrar o quanto o país estava perdendo em impostos, o regime tributário foi mudado.

Dado os abusos que algumas vezes ocorrem, existe uma tendência, perfeitamente compreensível, por parte da sociedade civil de tratar o governo com “o inimigo”. Entretanto, algumas vezes, mais pode ser conquistado se **nem sempre se está contra o governo**, desenvolver relações com funcionários comprometidos e políticos e aproveitar para obter informações e conhecimentos sobre onde e como exercer pressão para fazer mudanças. Isso não significa comprometer a postura fundamental por maior transparência.

Planejar cuidadosamente as reuniões com os oficiais do governo também pode viabilizar bons resultados. Participantes de vários países observaram que estas interações freqüentemente falham uma vez que as OSC estão mal preparadas e baseiam seus argumentos em evidências não comprovadas. Eles podem criticar sem ter soluções alternativas. Oficiais podem usar isto para desmoralizar a reivindicação feita, assim como também empregam um arsenal de táticas evasivas. Os aprendizados de como lidar com isso inclui:

- As delegações de OSC precisam incluir membros mais conciliadores e membros mais desafiadores (o “bom moço” e o “rebelde”)
- As OSC precisam ouvir e dialogar com o que o governo está dizendo e não apenas fincar pé em sua própria posição
- Os argumentos precisam ser enquadrados em uma linguagem similar aquela usada pelo governo
- O caso deve ser apresentado com base em informações financeiras compiladas de maneira a mostrar o quanto as autoridades estão perdendo em royalties e em impostos.
- As propostas alternativas da sociedade civil devem indicar o quanto o governo se beneficiaria (por exemplo, em termos de melhorar a sua popularidade).
- Sempre termine uma reunião com um encaminhamento claro do que se seguirá. Isto pode ser, por exemplo, uma reunião bilateral menor com oficiais para discutir aspectos técnicos.

Desenvolvendo um “**esboço de relatório**” com um leque de aliados pode ser uma ferramenta útil para instigar mudanças. Na Mauritânia, isto contribuiu para a adoção do EITI pelo governo mauritano.

5. Lições aprendidas sobre o fortalecimento de capacidades das OSC

Olhando para o programa Publique o quanto você Paga, em si mesmo, podemos ver que existe um numero de lições sobre como apoiar as OSC nestas questões, que podem ter uma aplicação mais ampla. O **recrutamento de 27 participantes** deliberadamente incluindo uma dinâmica mistura de sindicalistas, jornalistas, pessoas de ONGs e de organizações de gênero e de defensores dos direitos das mulheres. Apesar de terem os mesmos interesses, nas mesmas questões, muitas destas pessoas dentro do mesmo país não tinham colaborado uns com os outros previamente. Através do programa, a cooperação se desenvolveu, e na Nigéria os participantes formaram um novo grupo. Em Zâmbia, diferentes participantes uniram suas fortalezas para atingir o mesmo objetivo: um participante adotou uma abordagem mais diretamente desafiadora através de programas de radio em uma estação de radio independente, enquanto um jornalista trabalhando para um jornal do governo adotou uma abordagem de perfil mais baixo. Por outro lado, no Sudão e em Moçambique, onde cada país só teve um participante, foi mais desafiador obter progresso durante o período de duração do programa.

Outro aspecto positivo do processo de recrutamento foi o consciente esforço para envolver mais mulheres, resultando em uma dimensão de gênero sobre exploração de petróleo sendo criada.

E também o **leque de países selecionados** permitiu um intercambio de experiências e conhecimentos sobre a África. O escopo para isto foi devido ao fato de que alguns países participantes, tais como a Nigéria e Mauritânia estarem produzindo petróleo já há muitos anos, enquanto outros apenas começaram a produzir (Uganda) e ainda outros estão em um estagio incipiente emitir licenças para companhias de prospecção (Zâmbia, Moçambique). A cooperação foi fortalecida

pelos participantes mesmos organizando visitas de intercambio (da Nigéria para Zâmbia, de Zâmbia para o sul do Sudão).

A **estrutura e conteúdo do programa** foram considerados útil e relevantes. Os participantes pelo critério de seleção usado, já tinham algum grau de experiência em incidência (advocacy) em exploração de petróleo. Entretanto, todos reconheceram que eles aprenderam mais sobre o processo, particularmente na parte onde foram introduzidas as ferramentas para ajudar a negociar os aspectos técnicos fiscais e analise financeira, o que os equipou para desenvolverem uma incidência (advocacy) mais eficaz. O primeiro modulo, na Noruega, propiciou uma “historia de sucesso” que mostrou o que é possível. O segundo modulo, em Gana, enfatizou que havia experiências na África que poderiam contribuir com lições, e ajudar a aprofundar as questões. Finalmente, o terceiro modulo, em Uganda, fortaleceu a capacidade dos participantes para fazer incidência (advocacy) e permitiu a consolidação da aprendizagem. O fato de que havia um espaçamento de vários meses entre cada modulo possibilitou espaço para implementação e reflexão da experiência adquirida.

6. Conclusão

A maioria destas lições não se aplica exclusivamente as questões de incidência (advocacy) sobre o petróleo, ou sobre as indústrias extrativas mais amplamente. Como tal, as reflexões dos que atuam neste campo em grande medida reafirmam o que já foi descoberto em outras áreas de incidência (advocacy).

Mas mesmo não sendo novidades, o que este aprendizado tem mostrado é a importância de refletir sobre as experiências e usar os aprendizados em contextos complexos no quais as políticas de exploração de petróleo são negociadas e implementadas. As OSC têm sido freqüentemente acusadas de fazerem demasiadas simplificações de seus trabalhos de incidência (advocacy) “aumentar a ajuda”, “cancelamento das

dividas” e etc. e seus argumentos tem sido rotulados como naive e não realístico. A urgência em desqualificar é ainda maior quando a questão em foco é quem mais se beneficia com a lucrativa indústria do petróleo.

Neste sentido a sociedade civil precisa continuamente fortalecer sua competência e conhecimento se quer ser tomada seriamente e ter um impacto real.

Tem sido observado que o petróleo tende a corroer os princípios democráticos. Quando um estado depende dos impostos do petróleo em vez dos impostos dos cidadãos, isso pode mudar o contrato social entre o estado e os cidadãos. Enquanto a incidência (advocacy) tem resultado em alguns sucessos, é necessário fazer muito mais para se alcançar plena transparência e uma ótima utilização dos recursos provenientes do petróleo para as pessoas como um todo. Assim sendo, existe uma necessidade de continuar a aprender das experiências para promover o trabalho de incidência (advocacy) nesta área, e para identificar o que funciona melhor.